

Sumário	V
Apresentação da 38ª edição	IX
Apresentação	XI

Processo de Execução e Processo Cautelar

Parte IX – Processo de Execução

Capítulo XXII – Princípios Gerais

§ 93 – Execução Forçada	
624 – O Processo judicial	6
625 – Processo de conhecimento e processo de execução	6
626 – Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento	7
627 – Visão unitária da jurisdição	8
628 – Realização da sanção: fim da execução forçada	8
629 – Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada	9
630 – Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos	10
631 – Meios de execução	10
632 – Autonomia do processo de execução	11
632-a – Novos rumos da execução de sentença	12
§ 94 – Princípios Informativos da Tutela Jurisdicional Executiva	
633 – Princípios informativos do processo de execução	14
634 – Toda execução é real	14
635 – A execução tende apenas à satisfação do direito do credor	15
636 – Princípio da utilidade da execução	15
637 – Princípio da economia da execução	15
638 – Princípio da especificidade da execução	16
639 – Princípio dos ônus da execução	16
640 – Princípio do respeito à dignidade humana	17
641 – Princípio da disponibilidade da execução	17
641-a – Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo	18
§ 95 – Formas de Execução e Atos de Execução	
642 – As várias formas de execução	21
643 – Execução singular e execução coletiva	21
644 – Atos de execução	21
645 – Relação processual executiva	23
645-a – A citação executiva	23
§ 96 – Execução Provisória e Definitiva	
646 – Conceito	26
647 – Fundamentos da execução provisória	26
648 – Execução embargada de título extrajudicial	26
649 – Situação do tema no Código	27

650 – Normas básicas da execução provisória	28
650-a – Incidentes da execução provisória	30
§ 97 – Procedimento	
651 – Procedimento da execução forçada	32
§ 98 – Disposições Gerais	
652 – Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento	34
653 – Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça	34
Capítulo XXIII – Requisitos para Realizar qualquer Execução	
§ 99 – Pressupostos da Execução Forçada	
654 – Pressupostos processuais e condições da ação	38
655 – O título executivo	38
656 – Função do título executivo	39
657 – Efeito prático do título executivo	40
658 – Requisitos do título executivo: liquidez, certeza e exigibilidade	41
659 – Formas dos títulos executivos	42
660 – O inadimplemento do devedor	42
661 – O inadimplemento em contrato bilateral	44
Capítulo XXIV – A Relação Processual e seus Elementos	
§ 100 – Elementos Objetivos e Subjetivos do Processo de Execução	
662 – Elementos do processo executivo	48
Capítulo XXV – Elementos Subjetivos (I)	
§ 101 – Partes. Legitimação Ativa	
663 – Nomenclatura	50
664 – Legitimação ativa	50
665 – Legitimação ativa originária do credor	50
666 – Legitimação extraordinária do Ministério Público	51
667 – Legitimação ativa derivada ou superveniente	51
668 – Espólio	52
669 – Herdeiros e sucessores	53
670 – Cessionário	53
671 – Sub-rogado	54
672 – Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante	55
673 – Terceiros interessados	55
§ 102 – Legitimação Passiva	
674 – Legitimação passiva	57
675 – Dívida e responsabilidade	57
676 – O devedor	58
677 – Espólio e sucessores	59
678 – O novo devedor	60
679 – Fiador judicial	61
680 – Fiador extrajudicial	61
681 – Responsável tributário	63
682 – Revelia do devedor e curador especial	65

§ 103 – Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros no Processo de Execução

683 – Litisconsórcio	67
684 – Assistência	67
685 – Denúnciação da lide	68
686 – Chamamento ao processo	69

§ 104 – Execução por Iniciativa do Próprio Devedor

687 – O direito à liberação	72
688 – Natureza do procedimento	72
689 – Cabimento da medida	73
690 – Procedimento	73

§ 105 – Processo Cumulativo

691 – Cumulação de execuções	76
691-a – Cúmulo subjetivo	77

Capítulo XXVI – Elementos Subjetivos (II)

§ 106 – O Órgão Judicial

692 – Juízo competente para a execução	80
693 – Execução de sentença	80
694 – Competência para execução civil de sentença penal	81
695 – Competência para execução de títulos extrajudiciais	81
696 – Competência para a execução fiscal	81
697 – Competência internacional	82
698 – Competência para deliberação sobre os atos executivos	83

Capítulo XXVII – Elementos Objetivos do Processo de Execução (I)

§ 107 – Títulos Executivos Judiciais

699 – Títulos executivos judiciais. Enumeração legal	86
700 – Sentença condenatória civil	87
700-a – Nova visão dos efeitos da sentença declaratória	89
701 – Sentenças de indenização de ato ilícito: pensionamento	90
702 – Sentença penal condenatória	92
703 – Sentença homologatória	93
703-a – Sentença arbitral	94
704 – Sentença estrangeira	94
705 – O formal e a certidão de partilha	95

§ 108 – Particularidade de alguns Títulos Executivos Judiciais

706 – Condenação a prestações alternativas	97
707 – Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	97
708 – Requisito de admissibilidade da execução de sentença condicional ou a termo	99

Capítulo XXVIII – Título Judicial Ilíquido

§ 109 – Liquidação da Sentença Condenatória Genérica

709 – Sentença ilíquida	102
710 – Execução de sentença ilíquida	102
711 – Casos de iliquidez da sentença	103
712 – Natureza jurídica da liquidação da sentença	103

713 – Limites da liquidação	104
714 – Contraditório	104
715 – Liquidez parcial da sentença	105
716 – Liquidação por iniciativa do vencido	105
717 – Recursos	105
718 – Liquidação frustrada	106
§ 110 – Procedimento da Liquidação	
719 – Procedimentos	109
720 – Liquidação por cálculo	109
721 – Liquidação por arbitramento	111
722 – Liquidação por artigos	112
722-a – A indisponibilidade do rito da liquidação	113
723 – Rescisão da sentença liquidatória	113

Capítulo XXIX – Elementos Objetivos do Processo de Execução (II)

§ 111 – Objeto da Atividade Executiva	
724 – Bens exeqüíveis	120
§ 112 – Responsabilidade Patrimonial	
725 – Obrigação e responsabilidade	122
726 – Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor	123
727 – Responsabilidade e legitimação passiva para a execução	123
728 – Responsabilidade executiva secundária	124
729 – Excussão de bens do sucessor singular	124
730 – Excussão de bens do sócio	125
731 – Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica	126
732 – Bens do devedor em poder de terceiros	126
733 – Excussão de bens do devedor casado: tutela da meação	127
734 – Bens alienados em fraude de execução	128
735 – Casos de fraude de execução	129
736 – Fraude de execução e insolvência do devedor	130
736-a – A posição do terceiro adquirente em face da execução	132
737 – Bens sujeitos ao direito de retenção	133
738 – Excussão de bens do fiador	134
739 – Bens de espólio	134

Capítulo XXX – Elementos Objetivos do Processo de Execução (III)

§ 113 – Execução de Títulos Extrajudiciais	
740 – Execução de sentença e ação executiva	136
741 – Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança	136
§ 114 – Títulos Executivos Extrajudiciais	
742 – Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação	139
743 – Títulos cambiários e cambiariformes	139
744 – Duplicatas	140
745 – Responsáveis cambiários	140
746 – Documento público ou particular	141
747 – Confissões de dívida	142
747-a – Contrato de abertura de crédito	142

748 – Hipoteca, penhor, anticrese e caução	144
748-a – Execução hipotecária	146
749 – Classificação das garantias	147
750 – Seguros	148
751 – Rendas imobiliárias	148
752 – Encargo de condomínio	149
753 – Custas judiciais	150
754 – Dívida ativa da Fazenda Pública	150
755 – Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título	151
756 – Títulos executivos definidos em outras leis	154
757 – Títulos estrangeiros	154

Parte X – Diversas Espécies de Execução

Capítulo XXXI – Disposições Gerais

§ 115 – Regras Pertinentes às Diversas Espécies de Execução	
758 – Organização da matéria no Código de Processo Civil	160
759 – Direito de preferência gerado pela penhora	160
760 – A documentação da petição inicial	162
761 – Outras providências a cargo do credor	162
762 – Obrigações alternativas	162
763 – Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese ou usufruto	163
764 – Medidas acautelatórias	163
765 – Dívida sujeita à contraprestação	163
766 – Petição inicial incompleta ou mal-instruída	164
767 – Execução e prescrição	164
768 – Nulidades no processo de execução	165
769 – Imperfeição do título executivo	166
770 – Falta de título executivo	166
771 – Nulidade da execução fiscal	167
772 – Vício da citação	167
773 – Verificação da condição ou ocorrência do termo	168
774 – A arguição das nulidades	168
775 – A arrematação de bem gravado com direito real	169
776 – Execução realizável por vários meios	170
776-a – Peculiaridades da citação executiva	171

Capítulo XXXII – Execução para Entrega de Coisa

§ 116 – Procedimento Próprio para a Execução das Obrigações de Dar	
777 – Conceito	174
778 – Entrega de coisa certa	174
779 – Procedimento	175
779-a – Cominação de multa diária	175
780 – Efeito dos embargos	176
781 – Alienação da coisa devida	176
782 – Execução da obrigação substitutiva	177
783 – Execução de coisa sujeita a direito de retenção	178
784 – Títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i>	178
784-a – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i> (Lei nº 10.444, de 07.05.02)	179
784-b – Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa	180
784-c – Embargos de retenção	180

785 – Execução para entrega de coisa incerta	180
785-a – Medidas de coerção e apoio	181

Capítulo XXXIII – Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 117 – Procedimentos Próprios das Execuções das Obrigações de Fazer e Não Fazer	
786 – O problema da execução das prestações de fato	186
787 – Fungibilidade das prestações	186
788 – “Astreinte”: a multa como meio de coação	187
789 – Distinções preliminares	188
790 – Princípios comuns	188
790-a – A sistemática preconizada pela Lei nº 10.444, de 07.05.02	189
791 – Execução das prestações fungíveis	190
792 – Realização da prestação fungível por terceiro	190
793 – Inadimplência do terceiro arrematante	191
794 – Realização da prestação pelo próprio credor	192
794-a – Autotutela prevista no novo Código Civil	192
795 – Execução das prestações infungíveis	193
796 – Execução das prestações de declaração de vontade	193
797 – Satisfação da contraprestação a cargo do exequente	195
798 – A execução das sentenças que condenam à declaração de vontade	195
799 – Natureza jurídica da sentença	196
800 – Execução das obrigações de não fazer	197
800-a – Medidas sub-rogatórias e antecipatórias	197

Capítulo XXXIV – Execução por Quantia Certa

§ 118 – Noções Gerais	
801 – O objetivo da execução por quantia certa	204
802 – Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados	204
803 – Espécies	205

Capítulo XXXV – Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente

§ 119 – Fase de Proposição	
804 – Execução por quantia certa contra devedor solvente	208
805 – Proposição	208
806 – Arresto de bens do devedor não encontrado	209

Capítulo XXXVI – Fase de Instrução (I)

§ 120 – Penhora	
807 – A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa	212
808 – Natureza jurídica da penhora	212
809 – Função da penhora	214
810 – Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros	215
811 – Inscrição da penhora que recai sobre imóvel	217
812 – Penhora de imóvel na sistemática da Lei nº 10.444, de 07.05.02	218
812-a – Penhora de imóvel situado fora da comarca da execução	220
§ 121 – Objeto da Penhora	
813 – Bens penhoráveis e impenhoráveis	223

814 – Bens absolutamente impenhoráveis	224
814-a – A impenhorabilidade do imóvel de residência da família	226
814-b – Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal	227
815 – Bens relativamente impenhoráveis	228
816 – A penhorabilidade dos fundos líquidos do sócio em sociedade mercantil	228
817 – Limites da penhora	231
818 – Escolha dos bens a penhorar	231
819 – Gradação legal da nomeação de bens à penhora e outras exigências da lei a serem cumpridas pelo devedor	232
820 – Nomeação de bens pelo credor	233
821 – Bens fora da comarca	233
§ 122 – Realização e Formalização da Penhora	
822 – Penhora pelo oficial de justiça	236
823 – Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial	236
824 – Auto de penhora e depósito e penhora por termo do escrivão	237
825 – Intimação de penhora	237
§ 123 – Penhoras Especiais	
826 – Particularidades da penhora de certos bens	240
827 – Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais	240
828 – Penhora de direitos e ações	240
829 – Penhora sobre créditos do executado	241
830 – Sub-rogação do exequente nos direitos do executado	242
831 – Penhora no rosto dos autos	242
832 – Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas	242
833 – Penhora de empresas e outros estabelecimentos	243
834 – Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público	243
835 – Penhora de navio ou aeronave	244
836 – Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens	244
§ 124 – Alterações e Resgate da Penhora	
837 – Modificações da penhora	247
838 – Remição da execução por quantia certa	248
§ 125 – Depósito e Administração dos Bens Penhorados	
839 – Depósito dos bens penhorados	250
840 – Escolha do depositário	250
841 – Função do depositário	250
842 – Alienação antecipada dos bens penhorados	251
843 – Depositário comum e depositário administrador	251
844 – Responsabilidade do depositário	252
845 – Entrega de bens após a expropriação executiva	252
846 – Prisão civil do depositário judicial	252

Capítulo XXXVII – Fase de Instrução (II)

§ 126 – Expropriação	
847 – Conceito	256
§ 127 – Arrematação	
848 – Conceito e natureza jurídica da arrematação	258

849 – Avaliação	258
850 – Laudo de avaliação	259
851 – Reflexos da avaliação sobre a alienação forçada dos bens penhorados	259
852 – Espécies de arrematação	260
853 – Leilão e praça	261
854 – Editais e outras divulgações da arrematação	261
855 – Intimação do devedor	262
855-a – Outras intimações	262
856 – Adiamento da arrematação	263
857 – A hasta pública	264
858 – Legitimação para arrematar	264
859 – Forma de pagamento da arrematação	266
860 – Auto de arrematação	266
861 – Arrematação de imóveis	266
862 – Desfazimento ou retratação da arrematação	267
863 – Carta de arrematação	270
864 – Efeitos da arrematação	271
865 – Eviscção e arrematação	272
866 – Vícios redibitórios	273
867 – Ação anulatória da arrematação	273
§ 128 – Remição	
868 – Remição de bens	276
869 – Remição de bens e remição da execução	276
870 – Mecanismo da remição de bens	276
871 – Bens passíveis de remição	277
872 – Legitimação	277
873 – Oportunidade	278
874 – Preço	279
875 – Sentença de remição	279
876 – Carta de remição	279
Capítulo XXXVIII – Fase de Satisfação	
§ 129 – Pagamento ao Credor	
877 – Satisfação do direito do credor	282
§ 130 – Pagamento por Entrega do Dinheiro	
878 – Entrega do dinheiro	284
879 – Concurso de preferência sobre o produto da execução	284
880 – Procedimento do concurso particular	285
§ 131 – Pagamento por Adjudicação de Bens	
881 – Adjudicação	288
882 – Pressuposto da adjudicação	288
883 – Multiplicidade de pretendentes à adjudicação	289
884 – Depósito do preço da adjudicação	290
885 – Sentença e carta de adjudicação	290
§ 132 – Pagamento por Usufruto Forçado	
886 – Usufruto de imóvel ou empresa	293
887 – Usufruto forçado de empresa	294

Capítulo XXXIX – Execução contra a Fazenda Pública

§ 133 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa contra o Poder Público	
888 – Execução forçada contra a Fazenda Pública	300
888-a – Execução provisória contra a Fazenda Pública	302
889 – O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários	303
889-a – Procedimento para obtenção do precatório complementar	305
890 – Execução de obrigação de dar	305

Capítulo XL – Execução da Obrigação de Alimentos

§ 134 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa em Matéria de Alimentos	
891 – Execução da prestação alimentícia	308
892 – Averbação em folha de pagamento	308
893 – Prisão civil do devedor	308
894 – Execução de alimentos provisionais e alimentos definitivos	309
895 – Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos (art. 733) .	310

Parte XI – Oposição à Execução Forçada

Capítulo XLI – Resistência do Devedor e de Terceiros

§ 135 – Embargos do Devedor	
896 – Resistência à execução	314
897 – Natureza jurídica dos embargos à execução	314
898 – Classificação dos embargos do devedor	315
899 – Legitimação	315
900 – Autonomia dos embargos de cada co-executado	317
901 – Competência	318
902 – Generalidades sobre o processamento dos embargos	319
903 – Segurança do juízo como condição da ação de embargos do devedor	319
904 – Prazo para propositura dos embargos do devedor	320
905 – Rejeição liminar dos embargos	322
906 – Procedimento	322
907 – Revelia nos embargos	323
908 – Efeito suspensivo dos embargos	323
909 – Embargos à execução de sentença	324
910 – Embargos de retenção por benfeitorias	328
911 – Embargos à execução fundada em título extrajudicial	329
912 – Autonomia da ação de embargos do devedor	330
913 – Embargos à arrematação e à adjudicação	331
913-a – Exceção de preexecutividade	331
§ 136 – Embargos de Terceiro	
914 – Conceito	335
915 – Legitimação ativa	335
916 – Legitimação passiva	336
917 – Valor da causa	336
918 – Competência	337
919 – Oportunidade	337
920 – Julgamento e recurso	337
921 – Procedimento	337

922 – Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real	338
923 – Sucumbência na ação de embargos de terceiro	339

Parte XII – Insolvência Civil

Capítulo XLII – Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente

§ 137 – Execução Concursal	
924 – Execução coletiva e execução singular	344
925 – Pressupostos da execução coletiva	345
926 – Efeitos da declaração de insolvência	346
927 – Característica da execução coletiva	347
928 – Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil	348
§ 138 – Primeira Fase do Processo de Insolvência	
929 – Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo	350
930 – Caracterização da insolvência	351
§ 139 – Espécies de Procedimentos Concursais e Iniciativa do Processo	
931 – Legitimação	354
932 – Insolvência requerida pelo credor	355
933 – Caráter facultativo da ação concursal	356
934 – Insolvência de cônjuges	356
935 – Ausência de bens penhoráveis do devedor	356
§ 140 – Procedimentos da Execução Coletiva	
936 – Procedimento da insolvência requerida pelo credor	359
937 – Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio	360
§ 141 – Competência para a Execução Concursal	
938 – Competência	364
§ 142 – Sentença Declaratória de Insolvência	
939 – Declaração judicial de insolvência	366
§ 143 – Administração da Massa	
940 – O administrador da massa	369
941 – Atribuições do administrador	370
§ 144 – Concurso de Credores	
942 – Verificação e classificação dos créditos	372
943 – Credores retardatários e credores sem título executivo	373
944 – Quadro geral de credores	373
§ 145 – Satisfação dos Direitos dos Credores e Finalização do Processo	
945 – Apuração do ativo e pagamento dos credores	376
946 – Encerramento e suspensão do processo	376
947 – Saldo devedor	377
948 – Extinção das obrigações	378
§ 146 – Disposições Gerais	
949 – Concordata civil	382

950 – Pensão para o devedor	382
951 – Insolvência de pessoas jurídicas	383
951-a – Editais	383

Parte XIII – Crises da Execução e Sistema Recursal

Capítulo XLIII – Suspensão e Extinção do Processo de Execução

§ 147 – Vicissitudes do Processo Executivo	
952 – Suspensão da execução	390
953 – Casos de suspensão	390
954 – Suspensão provocada por embargos	391
955 – Suspensão prevista no art. 265, nº I a III	391
955-a – Suspensão por transação	391
956 – Suspensão por inexistência de bens penhoráveis	391
957 – Efeitos da suspensão	392
958 – Extinção da execução	392
959 – Extinção por satisfação do direito do credor	393
960 – Extinção por remissão da dívida	393
961 – Extinção por renúncia	393
962 – Outros casos de extinção da execução	393
963 – Sentença de extinção	394
964 – Coisa julgada	395
§ 148 – Recursos no Processo de Execução	
965 – O problema recursal na execução	398
966 – Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes	398
967 – Casos de cabimento da apelação	399
968 – Casos de agravo de instrumento	399
969 – Efeitos dos recursos	399
970 – Causas de alçada	400

Parte XIV – Processo Cautelar

Capítulo XLIV – Noções Gerais

§ 149 – Prevenção contra o Perigo de Dano no Curso do Processo	
971 – Processo e tempo	404
972 – Processo principal e processo cautelar	405
973 – A ação cautelar	405
974 – Medidas cautelares	406
975 – Peculiaridades da atividade cautelar. Instrumentalidade	407
976 – Provisoriedade	407
977 – Revogabilidade	408
978 – Autonomia	409
979 – Classificação das medidas cautelares	410
980 – Classificação do direito positivo	410
981 – Gráfico da classificação das medidas cautelares nominadas previstas no Código de Processo Civil	412
982 – Medidas cautelares contenciosas e não contenciosas	413
982-a – Medidas cautelares e outras medidas provisórias: tutela cautelar e tutela antecipatória	413

§ 150 – Requisitos Específicos da Tutela Jurisdicional Cautelar	
983 – Requisitos da tutela cautelar	416
984 – O “fumus boni iuris”	416
985 – “Periculum in mora”	417
986 – Oportunidade da providência cautelar	418
987 – Tutela cautelar “ex officio”	418
988 – Caráter incidental da medida cautelar “ex officio”	419

§ 151 – Poder Geral de Cautela	
989 – Medidas típicas e medidas atípicas	422
990 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica	422
991 – Requisitos das medidas cautelares atípicas	423
992 – Forma e conteúdo das medidas atípicas	423
993 – A discricionariedade do poder geral de cautela e a escolha da medida atípica	424
994 – Opção entre medida típica e medida atípica	425
995 – Aplicação prática de medidas atípicas	425
996 – Limites do poder geral de cautela	426

Capítulo XLV – Relação Processual Cautelar

§ 152 – Elementos Subjetivos do Processo Cautelar	
997 – Legitimidade	430
998 – Competência	430
999 – Competência e prevenção do juízo	431
1.000 – Competência cautelar em grau recursal	432
1.000-a – Intervenção de terceiros	433

§ 153 – Elementos Objetivos do Processo Cautelar	
1.001 – Objetos da tutela cautelar	436
1.002 – Provas	436
1.003 – Instrução do processo cautelar	436
1.004 – Autonomia da instrução do processo cautelar	438

Capítulo XLVI – Procedimento

§ 154 – O Procedimento da Ação Cautelar	
1.005 – O procedimento da ação cautelar	440
1.006 – Procedimentos cautelares	440
1.007 – Autuação própria	441
1.008 – Cumulação de pedidos principais e cautelares	441
1.009 – Estabelecimento da relação jurídica processual	442

§ 155 – Petição Inicial da Ação Cautelar	
1.010 – Petição inicial	445
1.011 – Requisitos da petição inicial: partes e autoridade judiciária	445
1.012 – Lide e seu fundamento	446
1.013 – Exposição sumária do direito ameaçado e o receio de lesão	446
1.014 – Provas a produzir	447
1.015 – O pedido	448
1.016 – Despacho da inicial e citação do requerido	448

§ 156 – Resposta do Requerido e Audiência de Instrução e Julgamento

1.017 – A defesa do requerido	451
1.018 – Contestação, exceção e reconvenção	451
1.019 – Revelia	452
1.020 – Audiência de instrução e julgamento	452

§ 157 – Medida Liminar e Contracautela

1.021 – Medida cautelar “inaudita altera parte”	454
1.022 – Comprovação dos requisitos da medida liminar	455
1.023 – Contracautela	455

Capítulo XLVII – Sentença e Execução em Processo Cautelar

§ 158 – Sentença Cautelar

1.024 – Julgamento da pretensão cautelar	458
1.025 – Coisa julgada	458
1.026 – Limites da sentença	459
1.027 – Fundamentação	459
1.028 – Sucumbência e honorários advocatícios	459

§ 159 – Execução das Medidas Cautelares

1.029 – Execução em matéria cautelar	463
1.030 – Figura unitária do processo cautelar	463
1.031 – Impossibilidade de embargos à execução	464
1.032 – Prazo para executar a medida cautelar	464

Capítulo XLVIII – Vicissitudes das Medidas Cautelares

§ 160 – Fungibilidade

1.033 – Fungibilidade das medidas cautelares	468
1.034 – A fungibilidade como evidência da verdadeira natureza do processo cautelar	468
1.035 – Condição de admissibilidade da caução substitutiva	469
1.036 – Procedimento	469

§ 161 – Eficácia da Medida Cautelar no Tempo

1.037 – Prazo ordinário de duração da medida cautelar	471
1.038 – A medida preparatória e o prazo de ajuizamento da ação principal	471
1.039 – Inobservância do prazo de ajuizamento da ação principal	471
1.040 – Conclusão	472
1.041 – Suspensão do processo	473

§ 162 – Extinção da Medida Cautelar

1.042 – Formas de extinção da medida cautelar	475
1.043 – Processamento da extinção	475
1.044 – Impossibilidade de renovar a medida que perdeu a eficácia	475

§ 163 – Modificação e Revogação da Medida Cautelar

1.045 – Modificabilidade e revogabilidade	478
1.046 – Procedimento	478
1.047 – Revogação de medida cautelar liminar	479

Capítulo XLIX – Recursos no Processo Cautelar

§ 164 – Remédios Recursais	
1.048 – Apelação	482
1.049 – Agravo de instrumento	482
1.050 – Recurso extraordinário e recurso especial	482

Capítulo L – Responsabilidade Civil Decorrente da Medida Cautelar

§ 165 – Reparação do Dano Causado pela Medida Cautelar	
1.051 – Responsabilidade civil do promovente	486
1.052 – Liquidação e execução da indenização	486

Parte XV – Medidas Cautelares Típicas ou Nominadas

Capítulo LI – Procedimentos Cautelares Específicos

§ 166 – Arresto	
1.053 – Conceito	492
1.054 – Arresto e seqüestro	492
1.055 – Pressupostos para concessão do arresto	493
1.056 – Prova de dívida líquida e certa	493
1.057 – Fundado receio de dano	493
1.058 – Comprovação dos pressupostos do arresto	494
1.059 – Prova documental	494
1.060 – Justificação prévia	495
1.061 – Caução	495
1.062 – Liquidez e certeza do título do promovente	496
1.063 – Bens arrestáveis	497
1.064 – Legitimação para a ação de arresto	497
1.065 – Competência	497
1.066 – Procedimento	498
1.067 – Execução do arresto	498
1.068 – Depositário	499
1.069 – Suspensão da execução do arresto	500
1.070 – Efeitos do arresto	500
1.071 – Extinção do arresto	501
§ 167 – Seqüestro	
1.072 – Conceito	504
1.073 – Ação de seqüestro	504
1.074 – Procedimento	505
1.075 – Disciplina comum do arresto e do seqüestro	505
1.076 – Cabimento do seqüestro	505
1.077 – Objeto do seqüestro	506
1.078 – Requisitos de admissibilidade do seqüestro	506
1.079 – Casuísmo legal	507
1.080 – Receio de rixas e danificações	507
1.081 – Seqüestro de frutos e rendimentos do imóvel reivindicando	509
1.082 – Seqüestro a propósito de ações matrimoniais	509

1.083 – Outras previsões legais de seqüestro	509
1.084 – Execução e efeitos do seqüestro	510
§ 168 – Caução	
1.085 – Conceito	513
1.086 – Classificação	513
1.087 – Cauções legais	513
1.088 – Cauções negociais	514
1.089 – Caução processual	514
1.090 – A ação de caução	514
1.091 – Objeto da caução	515
1.092 – Legitimação e competência	516
1.093 – Procedimento	516
1.094 – Cauções tipicamente cautelares	517
1.095 – Execução da sentença	517
1.096 – Caução às custas	518
1.097 – Reforço da caução	518
§ 169 – Busca e Apreensão	
1.098 – Conceito	522
1.099 – Classificação	522
1.100 – Pressupostos	523
1.101 – Objeto	523
1.102 – Competência	523
1.103 – Procedimento	523
1.104 – Busca e apreensão em matéria de direitos autorais	524
§ 170 – Exibição	
1.105 – Conceito	527
1.106 – Ação de exibição	527
1.107 – Classificação	528
1.108 – Exibição incidental	528
1.109 – Ação cautelar exibirória	529
1.110 – Exibição de coisas móveis	529
1.111 – Exibição de documentos	529
1.112 – Exibição de escrituração e documentação comercial	530
1.113 – Procedimento da ação exibirória contra parte	531
1.114 – Procedimento da ação exibirória contra terceiro	533
1.115 – Eficácia da exibição	534
1.116 – Prevenção de competência	534
1.117 – Ação exibirória e medida liminar	534
§ 171 – Produção Antecipada de Provas	
1.118 – Antecipação de prova	538
1.119 – Ação cautelar antecipatória	538
1.120 – Cabimento	539
1.121 – Oportunidade	540
1.122 – Objeto da antecipação de prova	541
1.123 – Competência	541
1.124 – Procedimento	541
1.125 – Sentença	542
1.126 – Valoração da prova antecipada	542

1.127 – Eficácia	543
1.128 – Medida “inaudita altera parte”	543
1.129 – Despesas processuais	543
1.130 – Destino dos autos	544
§ 172 – Alimentos Provisionais	
1.131 – Alimentos	547
1.132 – Alimentos provisionais	547
1.133 – Cabimento e oportunidade	548
1.134 – Legitimação	549
1.135 – Competência	549
1.136 – Procedimento	550
1.137 – Conteúdo dos alimentos provisionais	550
1.138 – Alimentos provisionais fora das relações matrimoniais	551
1.139 – Outras ações de cunho alimentar	552
1.140 – Duração da prestação provisional de alimentos	552
1.141 – Execução	553
§ 173 – Arrolamento de Bens	
1.142 – Conceito	556
1.143 – Pressupostos	556
1.144 – Objetivo da medida	557
1.145 – Legitimação	557
1.146 – Procedimento	557
1.147 – O contraditório	558
1.148 – Sentença	559
1.149 – Eficácia	559
§ 174 – Justificação	
1.150 – Conceito	562
1.151 – Natureza jurídica	562
1.152 – Objetivo	563
1.153 – Competência	563
1.154 – Procedimento	563
1.155 – Julgamento da justificação	564
§ 175 – Protestos, Notificações e Interpeleções	
1.156 – Conceito	567
1.157 – Protesto	567
1.158 – Notificação	568
1.159 – Interpeleção	568
1.160 – Indeferimento do pedido	568
1.161 – Contraprotesto	569
1.162 – Procedimento	570
1.163 – Encerramento do feito e destino dos autos	571
§ 176 – Homologação do Penhor Legal	
1.164 – Penhor legal: efetivação e homologação	574
1.165 – Natureza jurídica da medida processual	574
1.166 – Procedimento	575
1.167 – Sentença	576
1.168 – Execução	576

§ 177 – Posse em Nome do Nascituro	
1.169 – Conceito	579
1.170 – Natureza da ação	579
1.171 – Legitimação	579
1.172 – Procedimento	580
1.173 – Sentença	581
1.174 – Efeitos	581
§ 178 – Atentado	
1.175 – Conceito	585
1.176 – O atentado no Código de Processo Civil	585
1.177 – Cabimento	585
1.178 – Pressupostos do atentado	586
1.179 – Exame do casuísmo legal	586
1.180 – Legitimidade	588
1.181 – Competência	588
1.182 – Procedimento	588
1.183 – Sentença	589
1.184 – Execução da sentença e suspensão do processo	590
1.185 – Perdas e danos	590
§ 179 – Protesto e Apreensão de Títulos	
1.186 – Protesto cambiário	593
1.187 – Procedimento	593
1.188 – Registro do protesto	594
1.189 – Dúvidas do Oficial	594
1.190 – Apreensão do título e prisão do devedor	595
§ 180 – Outras Medidas Provisionais	
1.191 – As medidas provisionais do art. 888 do CPC	599
1.192 – Procedimento	599
Apêndice – Estudos do Autor sobre Temas de Processo de Execução e Processo Cautelar	
I – Execução forçada. Obrigações de contratar. Compromisso de compra e venda.	
Adjudicação compulsória	
1 – Execução específica das obrigações	604
2 – Compromisso de contratar	606
3 – O verdadeiro alcance da execução forçada das obrigações de contratar	607
4 – A tentativa jurisprudencial de contornar a restrição à adjudicação compulsória criada pelo STF	609
5 – Harmonia final entre a lei, a doutrina e a jurisprudência	612
6 – Conclusão	614
II – Tutela de urgência	
1 – A tutela de urgência e a adequação do sistema processual ao direito material	616
2 – As liminares e a história da antecipação de tutela no direito brasileiro	617
3 – Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade	618
4 – A tradicional distinção entre medidas cautelares e medidas antecipatórias no direito brasileiro	620
5 – A visão unitária da tutela de urgência	622

6 – A fungibilidade reconhecida entre medidas cautelares e medidas antecipatórias pela Lei nº 10.444, de 07.05.02	623
7 – Conclusão	625

III – Poder geral de cautela

1 – Processo e tempo	628
2 – Processo principal e processo cautelar	629
3 – Pressupostos das medidas cautelares	630
4 – Conceito de medida cautelar	630
5 – Medidas típicas e medidas atípicas	631
6 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica	632
7 – Requisitos das medidas cautelares atípicas	632
8 – O perigo de dano	633
9 – Formas e conteúdos das medidas atípicas	634
10 – Limitações do poder cautelar	634
11 – O procedimento da ação cautelar atípica	638
12 – Conclusão	639

IV – Tutela antecipada

1 – Intróito	642
2 – A reforma do Código de Processo Civil brasileiro e a antecipação de tutela	644
3 – Justificação da tutela antecipada	645
4 – Conceito de tutela antecipada	646
5 – Compatibilização da tutela antecipada com os direitos fundamentais	647
6 – Casos de antecipação de tutela	648
7 – Extensão	649
8 – Pressupostos	650
9 – Outros pressupostos	651
10 – Momento ou oportunidade	651
11 – Provisoriedade	652
12 – Reversibilidade	653
13 – Pessoas jurídicas de direito público	654
14 – Tutela cautelar e tutela antecipada	654
15 – O abuso do direito de defesa como elemento diferenciador entre a tutela cautelar e a tutela antecipada	656
16 – Conclusão	656

V – Antecipação de tutela em ações declaratórias e constitutivas

1 – Noção de antecipação de tutela	660
2 – Requisitos da tutela antecipada	660
3 – Natureza das providências antecipatórias	661
4 – A antecipação de tutela e as diversas modalidades de sentença de mérito	662
5 – Cumulação de pedidos declaratórios e constitutivos com pedido condenatório	669
6 – Conclusão	669

VI – Execuções das medidas cautelares e antecipatórias

1 – Jurisdição e execução	672
2 – Processo de conhecimento e processo de execução	673

3 – Medidas cautelares	674
4 – Execução das medidas cautelares	675
5 – Caráter mandamental da decisão que ordena medida cautelar	676
6 – Tutela antecipatória	678
7 – Execução das medidas de antecipação de tutela	680
VII – Tutela de emergência – antecipação de tutela e medidas cautelares	
1 – Intróito	682
2 – Pressupostos da tutela cautelar e da antecipação de tutela	683
3 – Inconveniência da radicalização na separação dos casos de tutela cautelar dos de antecipação de tutela	686
4 – Conclusão	688
VIII – Responsabilidade civil objetiva derivada de execução de medida cautelar ou medida de antecipação de tutela	
1 – Fontes da responsabilidade civil	690
2 – A responsabilidade civil no Código de Processo Civil	692
3 – A responsabilidade civil na execução de medidas judiciais provisórias	695
4 – Dos danos indenizáveis e sua execução	698
5 – Conclusão	700
<i>Bibliografia</i>	701
<i>Índice Onomástico</i>	711
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i>	715
<i>Índice dos Fluxogramas</i>	745

Sumário	V
Apresentação da 38ª edição	VII
Apresentação da 36ª edição	IX
Apresentação da 35ª edição	XI
Apresentação	XIII

Procedimentos Especiais

Parte XVI – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa

Capítulo LVII – Procedimentos Especiais

§ 199 – Generalidades	
1.193 – Conceito	4
1.194 – Razão de ser dos procedimentos especiais	5
1.195 – Técnicas de especialização procedimental	6
1.196 – Complementação das regras procedimentais	7
1.197 – Pressupostos dos procedimentos especiais	7
1.198 – Erro na adoção do procedimento	8

Capítulo LVIII – Ação de Consignação em Pagamento

§ 200 – Os Fundamentos do Depósito em Consignação	
1.199 – O direito de pagar	12
1.200 – A liberação natural e a liberação forçada do devedor	12
1.201 – A ação de consignação em pagamento	13
1.202 – Histórico da consignação em pagamento	13
§ 201 – O Procedimento da Consignação em Pagamento	
1.203 – Natureza do instituto da consignação	17
1.204 – Natureza processual da ação de consignação	17
1.205 – Prestações passíveis de consignação	18
1.206 – Cabimento da consignação	18
1.207 – Liquidez da prestação devida	20
1.208 – Consignação principal e incidental	23
1.209 – Legitimação “ad causam”	24
1.210 – Competência	26
1.211 – Consignação no local em que se acha a coisa devida	27
1.212 – Oportunidade da consignatória	28
1.213 – Objeto da consignação	30
1.214 – Obrigação de prestações periódicas	31
1.215 – Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas	31
1.216 – Quebra da seqüência de depósitos periódicos	32
1.217 – O procedimento especial da consignatória	33
1.218 – Obrigações alternativas	34
1.219 – Valor da causa	35
1.220 – Resposta do demandado	35
1.221 – Comparecimento do credor para receber	35
1.222 – Não-comparecimento e revelia do demandado	37

1.223 – Levantamento do depósito pelo devedor	38
1.224 – Contestação	38
1.225 – Matéria de defesa	39
1.226 – Complementação do depósito insuficiente	40
1.227 – Sentença	41
1.228 – Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito	42
1.229 – Particularidades da consignação por dúvida	42
1.230 – A posição dos possíveis credores	43
1.231 – Resgate da enfiteuse	45
1.231-a. – A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios	46
1.231-b. – A consignação de obrigação em dinheiro	48
1.231-c. – Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada	49

Capítulo LIX – Ação de Depósito

§ 202 – O Depósito e sua Tutela Judicial	
1.232 – Conceito e espécies de depósito	54
1.233 – Ação de depósito	55
1.234 – Histórico	55
1.235 – Natureza da ação	56
1.236 – Objeto da pretensão	57
§ 203 – O Procedimento da Ação de Depósito	
1.237 – Pressupostos da ação	60
1.238 – Legitimação	60
1.239 – Competência	61
1.240 – Especialidade do procedimento	62
1.241 – Caráter expedito do procedimento	62
1.242 – Prisão civil	63
1.243 – Resposta do demandado	64
1.244 – Entrega da coisa	65
1.245 – Consignação do equivalente econômico	65
1.246 – Consignação da própria coisa	66
1.247 – Contestação	67
1.248 – Sentença e execução	67
1.249 – Outras providências executivas	68
1.250 – Depositário judicial	69
1.251 – Penhor mercantil, industrial e rural	71
1.252 – Alienação fiduciária em garantia	72

Capítulo LX – Ação de Anulação e Substituição de Títulos ao Portador

§ 204 – Títulos ao Portador	
1.253 – Tutela processual do título ao portador	76
1.254 – Títulos ao portador tuteláveis	76
§ 205 – Procedimentos Destinados à Tutela dos Títulos ao Portador	
1.255 – Procedimentos especiais referentes aos títulos ao portador	79
1.256 – Ação de reivindicação	79
1.257 – Ação de anulação e substituição	80
1.258 – Legitimação	81
1.259 – Competência	81
1.260 – Especialidade do procedimento (petição inicial e citações)	81
1.261 – Justificação liminar	82

1.262 – Contestação	83
1.263 – Posição processual do devedor	84
1.264 – Sentença	84
1.265 – Ordem de substituição do título	86
1.266 – Destruição do título	86

Capítulo LXI – Ação de Prestação de Contas

§ 206 – Generalidades	
1.267 – Conceito	92
1.268 – Ação de dar e ação de exigir contas	92
1.269 – Natureza jurídica	93
1.270 – Cabimento	94
1.271 – Legitimação e interesse	96
1.272 – Prestação de contas dos administradores judiciais	97
1.273 – Sociedade e prestação de contas	98
1.274 – Ações matrimoniais e prestação de contas	99
1.275 – Prestação de contas entre condôminos	100
1.276 – Organização das contas	100
1.277 – Prova das contas	101

§ 207 – Ação de Exigir Contas

1.278 – Ação de exigir contas	103
1.279 – Procedimento da primeira fase	103
1.280 – Reconvencção	104
1.281 – Sentença da primeira fase	104
1.282 – Procedimento da segunda fase	105
1.283 – Contas elaboradas pelo autor	106
1.284 – Sucumbência	107

§ 208 – Ação de Dar Contas

1.285 – Caráter unitário do procedimento	110
1.286 – Procedimento	110
1.287 – Sucumbência	112

§ 209 – Execução Forçada no Procedimento da Prestação de Contas

1.288 – Sentença e execução	114
-----------------------------------	-----

Capítulo LXII – Ações Possessórias

§ 210 – Generalidades

1.289 – A posse e seus efeitos	118
1.290 – A razão da tutela possessória	119
1.291 – O instituto da posse e a paz social	120
1.292 – O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório)	122
1.293 – Natureza jurídica da posse	123
1.294 – Requisitos da tutela possessória	126

§ 211 – Os Interditos Possessórios de Manutenção, Reintegração e Proibição

1.295 – Origem dos interditos possessórios	130
1.296 – As ações possessórias	130
1.297 – Competência	131
1.298 – Legitimação ativa	131
1.299 – Legitimação passiva	132

1.299-a – Petição inicial	132
1.300 – Procedimento: as ações de força nova e força velha	133
1.301 – Medida liminar	134
1.302 – A decisão sobre a liminar	135
1.303 – Posse de coisas e posse de direitos	136
1.304 – O petitório e o possessório	137
1.305 – A exceção de propriedade no juízo possessório	140
1.306 – Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da “exceptio proprietatis” no direito luso-brasileiro	142
1.307 – Natureza dúplice das ações possessórias	143
1.308 – Natureza real das ações possessórias	144
1.309 – Natureza executiva do procedimento interdital	145
1.310 – Cumulação de pedidos	147
1.311 – Interdito proibitório	148
§ 212 – Alguns Incidentes Registráveis nos Interditos	
1.312 – Embargos de terceiro	151
1.313 – Medida liminar e mandado de segurança	152
1.314 – Embargos de retenção	153
1.315 – Nomeação à autoria e denunciação da lide	153

Capítulo LXIII – Ação de Nunciação de Obra Nova

§ 213 – Generalidades	
1.316 – O direito de vizinhança e o direito de construir	158
1.317 – Nunciação de obra nova	159
1.318 – Conceito de obra nova	161
§ 214 – Procedimento da Nunciação de Obra Nova	
1.319 – Competência	163
1.320 – Legitimação ativa	163
1.321 – Legitimação passiva	165
1.322 – Participação do cônjuge	165
1.323 – Embargo extrajudicial	165
1.324 – Cumulação de pedidos	166
1.325 – Embargo liminar	167
1.326 – Prosseguimento da obra	168
1.327 – Especialização do rito da nunciação de obra nova	169
1.328 – Sentença e execução	169

Capítulo LXIV – Ação de Usucapião de Terras Particulares

§ 215 – Noções Gerais sobre a Prescrição Aquisitiva	
1.329 – Noção de usucapião	172
1.330 – Espécies de usucapião imobiliário no direito brasileiro	172
1.331 – Requisitos gerais do usucapião	172
1.332 – Requisitos do usucapião ordinário	178
1.333 – Requisitos do usucapião extraordinário	180
1.334 – Requisitos do usucapião especial	181
§ 216 – Condições de Procedibilidade	
1.335 – Legitimação ativa	184
1.336 – Legitimação passiva	185

1.337 – Competência	187
1.338 – Conexão e litispendência	188
§ 217 – Procedimento	
1.339 – Procedimento	191
1.340 – Petição inicial	191
1.341 – Citação	192
1.342 – Justificação preliminar	193
1.343 – Contestação	194
1.344 – Revelia	195
1.345 – Pendência de possessória	195
1.346 – Ministério Público	196
1.347 – Instrução e julgamento	196
1.348 – Sentença	197
1.349 – Coisa julgada	197
1.350 – Registro de imóveis	198
1.351 – Usucapião como matéria de defesa	199

Capítulo LXV – Ação de Divisão e Demarcação de Terras Particulares

§ 218 – Disciplina Geral do Procedimento Divisório e Demarcatório (Juízo Divisório)	
1.352 – Intróito	204
1.353 – Noções gerais	204
1.354 – As ações divisórias	205
1.355 – Objetivo do procedimento demarcatório e divisório	205
1.356 – Caráter unitário do procedimento	205
1.357 – Procedimento	206
1.358 – Citação única	207
1.359 – Natureza da ação	208
1.360 – Competência	208
1.361 – Competência em caso de cumulação de divisão e demarcação	209
1.362 – Competência em caso de ações propostas separadamente	210
§ 219 – Ação de Demarcação	
1.363 – Legitimação ativa para o procedimento demarcatório	212
1.364 – Legitimação passiva para a demarcação	213
1.365 – Cumulação de demarcatória e reivindicatória	214
1.366 – Demarcatória cumulada com queixa de esbulho	215
1.367 – Roteiro geral do procedimento demarcatório	216
§ 220 – Ação de Divisão	
1.368 – Legitimação ativa para o procedimento divisório	219
1.369 – Legitimação passiva para a divisão	220
1.370 – Litisconsórcio passivo necessário	222
1.371 – Posição dos confrontantes na divisão	222
1.372 – Roteiro geral do procedimento divisório	223
§ 221 – Questões Comuns à Divisão e Demarcação	
1.373 – Divisão e demarcação de posse	226
1.374 – Questões possessórias	226
1.375 – Coisa julgada	227
1.376 – Rescisão do julgado divisório	228
1.377 – Exceção de prescrição	229
1.378 – Divisão e demarcação sumaríssimas (jurisdição voluntária)	230
1.379 – Formalidades importantes no juízo divisório	231
1.380 – Inépcia da petição inicial	232
1.381 – Execução de sentença	233

Capítulo LXVI – Inventário e Partilha

§ 222 – Disposições Gerais	
1.382 – Intróito	240
1.383 – Caráter contencioso do inventário	240
1.383-a. – Inventário e partilha por via administrativa	241
1.383-b. – Execução da partilha por via administrativa	242
1.384 – Inventário negativo	243
1.385 – Competência	243
1.386 – Universalidade do foro sucessório	244
1.387 – Questões solucionáveis no juízo sucessório	245
1.388 – Administração da herança	246
1.389 – O inventariante	247
1.390 – Encargos do inventariante	248
1.391 – Remoção do inventariante	249
1.392 – Legitimação para promover o inventário	251
§ 223 – Inventário Judicial	253
1.393 – Procedimento	254
1.394 – Petição inicial	254
1.395 – Primeiras declarações	254
1.396 – Citações e interveniências	255
1.397 – Impugnação dos citados	256
1.398 – Herdeiro omitido nas declarações do inventariante	257
1.399 – Avaliação	258
1.400 – Últimas declarações	259
1.401 – Cálculo do imposto “causa mortis”	259
1.402 – Colações	260
1.403 – Sonogados	261
1.404 – Pagamento de dívidas do morto	262
§ 224 – Partilha	
1.405 – Espécies de partilha	265
1.406 – Partilha judicial. Deliberação	265
1.407 – Esboço e lançamento da partilha	267
1.408 – A sentença da partilha	268
1.409 – O formal de partilha	268
1.410 – Emenda ou retificação da partilha	269
1.411 – Pacto de não partilhar	270
§ 225 – Invalidação da Partilha	
1.412 – Ação de anulação e ação rescisória de partilha	274
1.413 – Conceituação de partilha judicial	274
1.414 – Conceituação de partilha amigável	276
1.415 – Casuísmo da rescisória de partilha	277
1.416 – Ação de nulidade de partilha	278
1.416-a – Ação de petição de herança	279
§ 226 – Arrolamento	
1.417 – Simplificação do inventário	282
1.418 – Arrolamento sumário do art. 1.031	282
1.419 – Arrolamento comum do art. 1.036	284
1.419-a – Lei nº 6.858, de 24.11.80	285

1.419-b – Inventário administrativo	285
§ 227 – Disposições Comuns	
1.420 – Medidas cautelares	287
1.421 – Sobrepilha	288
1.422 – Curatela especial ao herdeiro	288
1.423 – Inventários cumulados	289
1.424 – Honorários de advogado	289
1.425 – Extinção do processo por paralisação da causa	290
1.426 – Assistência judiciária	291
1.427 – Terceiros prejudicados	291

Capítulo LXVII – Embargos de Terceiro

§ 228 – Generalidades	
1.428 – Conceito	300
1.429 – Natureza jurídica	301
1.430 – Requisitos	301
1.431 – Ato judicial atacável	303
1.432 – Penhora de bem alienado em fraude contra credores	304
1.433 – Casos especiais	305
1.434 – Embargos a atos do juízo divisório	305
1.435 – Embargos do credor com garantia real	306
§ 229 – Procedimento	
1.436 – Legitimação ativa	309
1.437 – Legitimação passiva	312
1.438 – Oportunidade	312
1.439 – Competência	313
1.440 – Procedimento	314
1.441 – Sentença	315

Capítulo LXVIII – Habilitação

§ 230 – Procedimento da Substituição da Parte Falecida	
1.442 – Conceito	320
1.443 – Legitimidade para requerer a habilitação	320
1.444 – Competência	321
1.445 – Procedimento	321
1.446 – Ação de habilitação	321
1.447 – Habilitação do adquirente e do cessionário	322
1.448 – Efeito do deferimento da habilitação	322
1.449 – Habilitação direta nos autos do processo principal	322

Capítulo LXIX – Restauração de Autos

§ 231 – Procedimento para Recuperar Autos Desaparecidos	
1.450 – Conceito	328
1.451 – Objetivo do procedimento	328
1.452 – Legitimidade	329
1.453 – Competência	329
1.454 – Procedimento	329
1.455 – Julgamento da restauração	330
1.456 – Autos extraviados no tribunal	330
1.457 – Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos	330

Capítulo LXX – Vendas a Crédito com Reserva de Domínio

§ 232 – Procedimentos Relativos ao Pacto de Reserva de Domínio

1.458 – Conceito	334
1.459 – Procedimento da execução do preço	334
1.460 – Procedimento da recuperação da própria coisa	334

Capítulo LXXI – O Juízo Arbitral

§ 233 – Procedimento da Arbitragem

1.461 – O juízo arbitral no direito brasileiro	340
1.462 – Disposições gerais	341
1.463 – Convenção de arbitragem	341
1.464 – Cláusula compromissória	342
1.465 – Requisitos da cláusula compromissória	342
1.466 – Execução da cláusula compromissória	343
1.466-a – Cláusula “cheia” e cláusula “vazia”	344
1.466-b – Direito intertemporal	345
1.467 – Autonomia da cláusula compromissória	347
1.468 – Compromisso arbitral	347
1.469 – Extinção do compromisso arbitral	348
1.470 – Os árbitros	348
1.471 – O procedimento	349
1.472 – Medidas cautelares	350
1.472-a – Sentença arbitral	351
1.472-b – Requisitos da sentença arbitral	351
1.472-c – Recursos	352
1.472-d – Nulidade da sentença arbitral	352
1.472-e – Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras	353
1.472-f – Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro	355

Capítulo LXXII – Ação Monitória

§ 234 – Noção Geral do Procedimento Monitório

1.473 – Intróito	358
1.474 – Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo	358
1.475 – Em que consiste o procedimento monitorio	359

§ 235 – A Ação Monitória no Código de Processo Civil Brasileiro

1.476 – Condições de admissibilidade da ação monitoria	363
1.477 – O procedimento monitorio brasileiro	363
1.478 – Objeto	365
1.479 – Legitimidade ativa	365
1.480 – Legitimidade passiva	366
1.481 – Prova	367
1.482 – Procedimento	370
1.483 – Embargos à ação monitoria	372
1.484 – Coisa julgada	373

Parte XVII – Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária

Capítulo LXXIII – Jurisdição Voluntária

§ 236 – Generalidades

1.485 – Intróito	378
------------------------	-----

1.486 – Iniciativa do procedimento e participação dos interessados	379
1.486-a – Litigiosidade incidental	380
1.487 – A função do juiz	380
1.488 – Procedimentos	381

Capítulo LXXIV – Alienações Judiciais

§ 237 – Procedimento das Alienações Judiciais	
1.489 – Alienações judiciais	384
1.490 – Alienações cautelares	384
1.491 – Iniciativa da medida	384
1.492 – Casos de alienação judicial expressos em lei	385
1.493 – Leilão	385
1.494 – Avaliação prévia	386
1.495 – Publicidade	386
1.496 – Arrematação	387
1.497 – Destino do produto da alienação	387
1.498 – Custódia do produto	387
1.499 – Outros bens alienáveis judicialmente	388
1.500 – Bens indivisíveis em inventário e partilha	388
1.501 – Bens de órfãos	389
1.502 – Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio	389
1.503 – Alienação irregular do bem comum indivisível	391
1.504 – Procedimento especial da adjudicação	391

Capítulo LXXV – Separação Consensual

§ 238 – Procedimento da Separação Consensual	
1.505 – Noções introdutórias	396
1.506 – Natureza jurídica	396
1.507 – Requisitos	396
1.508 – Legitimação	397
1.509 – Competência	397
1.510 – Petição inicial	397
1.511 – Procedimento	399
1.512 – Sentença de homologação	400
1.513 – Reconciliação do casal	400
1.514 – Revisão e rescisão do acordo de separação	400
1.514-a – Separação consensual e divórcio consensual por via administrativa	401
1.514-b – Execução do acordo de separação ou divórcio ajustado por escritura pública	402

Capítulo LXXVI – Testamentos e Codicilos

§ 239 – Procedimento da Apresentação dos Testamentos em Juízo	
1.515 – Objetivo do procedimento	406
1.516 – Competência	407
1.517 – Procedimento	407
1.518 – Sentença	407
1.519 – Efeitos	407
1.520 – Busca e apreensão	408
1.521 – Testamento público	408
1.522 – Testamento particular	408

1.523 – Procedimento	409
1.524 – Testamentos marítimo e militar e codicilo	411
1.525 – Testamenteiro	411

Capítulo LXXVII – Herança Jacente

§ 240 – Procedimento da Arrecadação de Herança Jacente	
1.526 – Conceito moderno de jacência da herança	416
1.527 – Competência	416
1.528 – Legitimação	416
1.529 – Procedimento	417
1.530 – A administração da herança jacente	418
1.531 – Habilitação	418
1.532 – Declaração de vacância	418

Capítulo LXXVIII – Bens de Ausente

§ 241 – Procedimento da Arrecadação de Bens de Ausente	
1.533 – Ausência	422
1.534 – Pressupostos	422
1.535 – Competência	422
1.536 – Fases do procedimento	422
1.537 – Procedimento da primeira fase	422
1.538 – Procedimento da sucessão provisória	423
1.539 – Conversão da sucessão provisória em definitiva	424

Capítulo LXXIX – Coisas Vagas

§ 242 – Procedimento da Arrecadação das Coisas Vagas	
1.540 – Conceito	428
1.541 – Legitimação	428
1.542 – Competência	428
1.543 – Cabimento	428
1.544 – Procedimento	429

Capítulo LXXX – Curatela dos Interditos e Tutela dos Órfãos

§ 243 – Procedimento da Interdição e da Tutela	
1.545 – Natureza jurídica da interdição	432
1.546 – Legitimado passivo	432
1.547 – Competência	432
1.548 – Legitimidade para promover a interdição	432
1.549 – Petição inicial	433
1.550 – Procedimento	433
1.551 – Sentença	434
1.552 – Eficácia da sentença sobre atos do interditando	435
1.553 – Rescisória	435
1.554 – Levantamento da interdição	436
1.555 – Investidura dos curadores	436
1.556 – Remoção de curador	436
1.557 – Disposições comuns à nomeação de tutor e curador	437

Capítulo LXXXI – Organização e Fiscalização das Fundações

§ 244 – Procedimento da Organização e Fiscalização das Fundações	
--	--

1.558 – Conceito de fundação	442
1.559 – Procedimento da instituição da fundação	442
1.560 – Estatutos confiados à elaboração de terceiro	443
1.561 – Alteração do estatuto	443
1.562 – Extinção da fundação	443

Capítulo LXXXII – Especialização da Hipoteca Legal

§ 245 – Procedimento da Especialização da Hipoteca Legal	
1.563 – Conceito de hipoteca legal	448
1.564 – Competência	448
1.565 – Legitimação	448
1.566 – Procedimento	449
1.567 – Bens insuficientes	449
1.568 – Especialização negocial	450
1.569 – Eficácia da hipoteca	450

Parte XVIII – Juizado Especial Civil

Capítulo LXXXIII – As Pequenas Causas e o Acesso à Justiça

§ 246 – Juizado Especial Civil, ou Juizado de Pequenas Causas	
1.570 – Inrôito	456
1.571 – Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas?	457
1.572 – O Juizado Especial Civil	457
1.573 – Criação do Juizado Especial	458
1.574 – Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	459
1.575 – Princípios informativos	459
1.576 – Princípio da oralidade	459
1.577 – Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial	460
1.578 – Conciliação	461
1.579 – A facultatividade do Juizado Especial	462
§ 247 – O Órgão Judicante: Competência e Composição	
1.580 – Competência	464
1.581 – Foro competente	464
1.582 – Competência para execução forçada	464
1.583 – Limitações à competência	465
1.584 – O órgão judicante	465
1.585 – Distribuição de funções: tarefa do juiz	465
1.586 – Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores	466
1.587 – O juízo arbitral	467
§ 248 – Partes	
1.588 – Legitimação “ad causam”	469
1.589 – Legitimação “ad processum”	469
1.590 – Litisconsórcio e intervenção de terceiros	470
1.591 – Intervenção do Ministério Público	470
§ 249 – Os Atos Processuais e o Procedimento	
1.592 – Os atos processuais e sua forma	472
1.593 – O procedimento	472

1.594 – A propositura da ação	472
1.595 – Citações e intimações	473
1.596 – Requisitos da citação	473
1.597 – Intimações	474
1.598 – A audiência de conciliação, instrução e julgamento	474
1.599 – A resposta do réu	475
1.600 – As provas	476
§ 250 – A Sentença e os Recursos	
1.601 – A sentença	478
1.602 – Recursos	478
1.603 – Extinção do processo	480
§ 251 – Execução e Disposições Especiais	
1.604 – Execução forçada	483
1.605 – As despesas processuais no Juizado Especial Civil	484
1.606 – Curadorias e assistência judiciária	484
1.607 – Acordos extrajudiciais	485
1.608 – Ação rescisória	485
1.609 – Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais	485

Capítulo LXXXIV – O Juizado Especial Federal

§ 252 – As Pequenas Causas na Justiça Federal	
1.610 – A instituição do Juizado Especial Federal	488
1.611 – Disciplina legal	488
1.612 – Princípios informativos	488
1.613 – Competência absoluta	489
§ 253 – Órgão Judicante	
1.614 – Composição do órgão judicante	491
1.615 – Sessão de conciliação	491
1.616 – Competência	491
1.617 – Causas de competência dos Juizados Especiais Federais	491
§ 254 – Partes	
1.618 – Legitimação	494
1.619 – Intervenção de terceiros e litisconsórcio	494
1.620 – Ministério Público	494
1.621 – “Jus postulandi” e representação das partes	494
§ 255 – Atos Processuais e Procedimento	
1.622 – Princípios	496
1.623 – Atos de comunicação processual	496
1.624 – Uso de meios eletrônicos	496
1.625 – Prazos	496
1.626 – Petição Inicial	496
1.627 – Resposta	497
1.628 – Exceções	497
1.629 – Sessão de conciliação	497
1.630 – Instrução probatória	498
1.631 – A sentença e as máximas de experiência	498

1.632 – Reexame necessário	499
§ 256 – Sistema Recursal	
1.633 – Recursos no Juizado Especial	501
1.634 – Recurso especial e recurso extraordinário	501
1.635 – Incidente de uniformização de jurisprudência	501
§ 257 – Execução e Medidas Preventivas	
1.636 – Execução	504
1.637 – Medidas cautelares	504
1.638 – Antecipação de tutela	504

Parte XIX – Alguns Procedimentos Especiais Disciplinados
fora do Código de Processo Civil

Capítulo LXXXV – Ações Constitucionais

§ 258 – A Constituição e o Processo	
1.639 – O direito processual constitucional	510
1.640 – Os fundamentos do direito processual constitucional	510
§ 259 – Mandado de Segurança	
1.641 – Conceito	512
1.642 – Natureza da ação	512
1.643 – Legitimação ativa	513
1.644 – Legitimação passiva	513
1.645 – Ato de autoridade judicial	515
1.646 – Litisconsórcio	515
1.647 – Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo	516
1.648 – Procedimento	516
1.649 – Liminar	516
1.650 – Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança	518
1.651 – Competência	518
1.652 – Sentença e coisa julgada	519
§ 260 – Mandado de Segurança Coletivo	
1.653 – Conceito	521
1.654 – Legitimação ativa	521
1.655 – Legitimação passiva	522
1.656 – Procedimento e competência	522
§ 261 – Mandado de Injunção	
1.657 – Conceito	524
1.658 – Objeto	524
1.659 – Pressupostos	524
1.660 – Legitimação	525
1.661 – Competência	525
1.662 – Procedimento	526
§ 262 – <i>Habeas Data</i>	
1.663 – Conceito	528
1.664 – Natureza jurídica	528
1.665 – Legitimidade e interesse	529

1.666 – Objeto do “habeas data”	529
1.667 – Competência	530
1.668 – Procedimento	530
1.669 – Cumprimento da sentença	531
1.670 – Coisa julgada	531
§ 263 – Ação Popular	
1.671 – Conceito	533
1.672 – Requisitos	533
1.673 – Atos atacáveis pela ação popular	534
1.674 – Legitimação	534
1.675 – Procedimento	535
1.676 – Sentença	535
1.677 – Coisa julgada	536
1.678 – Execução	536
1.678-a – Prescrição	536

Capítulo LXXXVI – Ações Coletivas

§ 264 – Ação Civil Pública e Outras Ações Coletivas	
1.679 – Histórico	538
1.680 – Direito material coletivo e direito processual coletivo	538
1.681 – Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública	539
1.681-a – Objeto da ação civil pública	539
1.682 – Ações coletivas possíveis após o CDC	540
1.683 – Legitimação	542
1.684 – O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos ...	542
1.685 – Competência	545
1.686 – Procedimento	546
1.687 – Liminar	546
1.688 – Coisa julgada	546
1.689 – Execução	547

Capítulo LXXXVII – Ações Locatícias

§ 265 – Generalidades	
1.690 – Dos procedimentos e suas disposições gerais	550
1.691 – Tramitação durante as férias forenses	550
1.692 – Competência do “forum rei sitae”	550
1.693 – Valor da causa	551
1.694 – Atos de comunicação processual	551
1.695 – Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias	552
§ 266 – Ação de Despejo	
1.696 – Natureza	554
1.697 – A força executiva do procedimento	554
1.698 – A liminar na ação de despejo	555
1.699 – Legitimação	556
1.700 – Documentação da petição inicial	557
1.701 – Concordância do locatário com a pretensão do locador	557
1.702 – Denúncia vazia	558
1.703 – Denúncia cheia	558

§ 267 – Ação de Despejo por Falta de Pagamento	
1.704 – Cabimento	560
1.705 – Conseqüência da cumulação de pedidos	560
1.706 – Purga da mora	561
1.707 – Reiteração abusiva da purga da mora	561
1.708 – Purga da mora e contestação	562
§ 268 – Execução da Sentença de Despejo	
1.709 – Desocupação voluntária	564
1.710 – Execução forçada	564
1.711 – Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel	565
1.712 – Execução provisória e caução	565
1.713 – Abandono do imóvel pelo locatário	565
§ 269 – Ação de Consignação de Aluguel e Acessórios da Locação	
1.714 – Cabimento	568
1.715 – Legitimação	568
1.716 – Pressupostos	569
1.717 – Procedimento	569
1.718 – Petição inicial	569
1.719 – Depósito judicial	569
1.720 – Prestações vincendas	569
1.721 – Revelia	570
1.722 – Contestação	570
1.723 – Reconvenção	570
1.724 – Complementação do depósito após a contestação	570
1.725 – Levantamento do depósito	571
§ 270 – Ação Revisional de Aluguel	
1.726 – Cabimento	573
1.727 – Natureza	573
1.728 – Legitimação	573
1.729 – Procedimento	573
1.730 – Petição inicial	574
1.731 – Aluguel provisório	574
1.732 – Contestação	575
1.733 – Sentença	575
1.734 – Verbas de sucumbência	576
1.735 – Execução de sentença	576
1.736 – Acordo de desocupação	576
§ 271 – Ação Renovatória	
1.737 – Cabimento	578
1.738 – Natureza jurídica	578
1.739 – Legitimação	579
1.740 – Procedimento	580
1.741 – Petição inicial	580
1.742 – A defesa do locador	582
1.743 – Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais	583
1.744 – Defesa baseada no valor real da locação	583
1.745 – Defesa baseada em melhor proposta de terceiro	584
1.746 – Retomada para construção ou reconstrução	584
1.747 – Retomada para uso próprio	585
1.748 – Aluguel provisório	585

1.749 – Sentença.....	585
1.750 – Sentença de retomada	586
1.751 – Execução de sentença	587
1.752 – Indenização de perdas e danos	587

Capítulo LXXXVIII – Ações Decorrentes de *Leasing* e Alienação Fiduciária

§ 272 – Alienação Fiduciária em Garantia	
1.753 – Introdução	590
1.754 – Remédios processuais utilizáveis pelo credor fiduciário (coisas móveis)	591
1.755 – Busca e apreensão	591
1.756 – Ação de depósito	593
1.757 – Ação de execução	593
1.758 – Execução da alienação fiduciária de bem imóvel	594
§ 273 – Arrendamento Mercantil (<i>Leasing</i>)	
1.759 – Noção de arrendamento mercantil	596
1.760 – Ações decorrentes do <i>leasing</i>	596

<i>Bibliografia</i>	599
<i>Índice Onomástico</i>	609
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i>	613
<i>Índice dos Fluxogramas</i>	633